

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 129

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 21 DE OUTUBRO DE 2002

ANO XXVIII

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**ELIO RUSCH**

1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**

2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

3º Vice-Presidente - PDT

**VALDIR ROSSONI**

1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**

2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**

3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**

4º Secretário - PSDB

**NELSON GARCIA**

5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

*Líder do Governo ..... Durval Amaral*  
*Líder da Oposição ..... Waldyr Pugliesi*  
*PTB ..... Carlos Simões*  
*PFL ..... Plauto Miró Guimarães*  
*PSDB ..... Ademar Luiz Traiano*  
*PMDB ..... Nereu Moura*  
*PPB ..... Tony Garcia*  
*PT ..... Luciana Rafagnin*  
*PDT ..... Luiz Carlos Zuk*  
*PSL ..... Luiz Carlos Martins*  
*PL ..... Pastor Edson Praczyk*  
*PPS ..... Marcos Isfer*

## Representação Partidária

*PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Antonio Baratter - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Justus; PTB - 05: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.*

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 083ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
21 DE OUTUBRO DE 2002**  
(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Elio Rusch, secretariada pelos senhores deputados Hermes Fonseca e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kiele, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Nelson Justus, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (52). Achando-se em licença os senhores deputados Hermas Brandão e Luiz Fernandes da Silva Litro (02).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Mensagens:**

MENSAGEM Nº 042/2002

Curitiba, 03 de outubro de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de vir à presença de V. Exa., a fim de comunicar a esta augusta Assembléia Legislativa que

afastar-me-ei do País, no período compreendido entre a noite do dia 03 e 05 do corrente mês, com destino a Paris, para trato de assuntos particulares.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

**À Diretoria Legislativa.**

MENSAGEM Nº 044/2002

Curitiba, 16 de outubro de 2002.

Senhor Presidente:

Nos termos do artigo 66, da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva reestruturar, em caráter provisório, as carreiras da Polícia Científica, órgão da Secretaria de Estado da Segurança, da Justiça e da Cidadania.

O plano de lei em referência consulta aos superiores interesses da Administração, eis que virá ensejar condições no sentido de assegurar pleno desempenho das atribuições da Polícia Científica, tão importante órgão da Segurança Pública. A medida em causa consubstancia o resultado de criteriosos estudos conjuntos realizados pela Secretaria de Estado da Segurança, da Justiça e da Cidadania e Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, a mim submetidos através de expediente protocolado no Sistema Integrado de Documentos sob nº 5.167.120-1/02.

Certo de que a presente proposição merecerá dessa colenda Casa de Leis o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

**ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º - Ficam reestruturadas, em caráter provisório, as carreiras de Médico Legista, Perito Criminal, Químico Legal e Toxicologista, até a promulgação da lei a que se refere a Emenda Constitucional Estadual nº 10, de 16 de outubro de 2001, na forma do Anexo I.

Parágrafo Único - Os atuais ocupantes dos cargos das carreiras a que se refere o Anexo I da presente lei, serão enquadrados na classe correspondente à atualmente ocupada.

Art. 2º - Ficam incorporadas, ao vencimento básico dos ocupantes das carreiras elencadas no artigo 1º desta lei, as vantagens Risco de Vida e Gratificação pelo Regime Especial de Trabalho Policial (RETP), a que se referem os artigos 89 e 92, da Lei Complementar nº 89, de 25 de julho de 2001.

Art. 3º - Fica concedida, aos ocupantes das carreiras elencadas no artigo 1º desta lei, a vantagem Verba de

Representação, sobre o vencimento básico, no índice de 85% (oitenta e cinco por cento), incorporável para todos os efeitos legais, inacumulável com a vantagem Tempo Integral e Dedicação Exclusiva - TIDE.

Art. 4º - Fica reestruturada, em caráter provisório, a carreira de Auxiliar de Necrópsia, até a promulgação da lei a que se refere a Emenda Constitucional Estadual nº 10, de 16 de outubro de 2001, na forma do Anexo II.

Parágrafo Único - Os atuais ocupantes dos cargos das carreiras a que se refere o Anexo II da presente lei, serão enquadrados na classe correspondente à atualmente ocupada.

Art. 5º - Ficam incorporadas, ao vencimento básico dos ocupantes da carreira a que se refere o artigo anterior, as vantagens Risco de Vida e Gratificação pelo Regime Especial de Trabalho Policial (RETP), a que se referem os artigos 89 e 92, da Lei Complementar nº 89, de 25 de julho de 2001 e a vantagem Tempo Integral e Dedicação Exclusiva (TIDE).

Art. 6º - A carreira de Perito Policial, em extinção, na forma do Anexo III, terá incorporada ao vencimento básico as vantagens Risco e Gratificação pelo Regime Especial de Trabalho Policial (RETP), a que se referem os artigos 89 e 92, da Lei Complementar nº 89, de 25 de

julho de 2001 e a vantagem Tempo Integral e Dedicação Exclusiva (TIDE).

Art. 7º - Fica concedida, aos ocupantes das carreiras de Auxiliar de Necrópsia e Perito Policial, a vantagem Verba de Representação, sobre o vencimento básico, no índice de 35% (trinta e cinco por cento), incorporável para todos os efeitos legais, inacumulável com a vantagem Tempo Integral e Dedicação Exclusiva (TIDE).

Art. 8º - As vantagens incorporadas não mais poderão ser concedidas, sob o mesmo título ou fundamento, para os integrantes das carreiras mencionadas nesta lei.

Art. 9º - Fica concedida Gratificação pelo Exercício de Encargos Especiais, vinculados à estrutura hierárquica formal provisória, não incorporável na inatividade, na forma do Anexo IV.

Art. 10 - Ato do Chefe do Poder Executivo regulamentará as atribuições, a regulamentação do regime de trabalho, jornadas e plantões e outras características relativas ao desempenho dos cargos constantes na presente lei.

Art. 11 - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação..

#### ANEXO I

CARREIRA	REQUISITOS	QUANTIDADE DE CARGOS POR CLASSE	CLASSE	VENCIMENTO BASE
MÉDICO LEGISTA	3º GRAU COMPLETO MAIS HABILITAÇÃO "C"	36	I	R\$ 3.121,06
		30	II	R\$ 2.886,98
		26	III	R\$ 2.670,46
		35	IV	R\$ 2.470,17
		TOTAL 127		

CARREIRA	REQUISITOS	QUANTIDADE DE CARGOS POR CLASSE	CLASSE	VENCIMENTO BASE
PERITO CRIMINAL	3º GRAU COMPLETO MAIS HABILITAÇÃO "C"	43	I	R\$ 3.121,06
		40	II	R\$ 2.886,98
		58	III	R\$ 2.670,46
		63	IV	R\$ 2.470,17
		TOTAL 204		

CARREIRA	REQUISITOS	QUANTIDADE DE CARGOS POR CLASSE	CLASSE	VENCIMENTO BASE
QUÍMICO LEGAL	3º GRAU COMPLETO MAIS HABILITAÇÃO “C”	02	I	R\$ 3.121,06
		04	II	R\$ 2.886,98
		10	III	R\$ 2.670,46
		04	IV	R\$ 2.470,17
		TOTAL 20		

CARREIRA	REQUISITOS	QUANTIDADE DE CARGOS POR CLASSE	CLASSE	VENCIMENTO BASE
TOXICOLOGISTA	3º GRAU COMPLETO MAIS HABILITAÇÃO “C”	04	I	R\$ 3.121,06
		04	II	R\$ 2.886,98
		06	III	R\$ 2.670,46
		05	IV	R\$ 2.470,17
		TOTAL 19		

## ANEXO II

CARREIRA	REQUISITOS	QUANTIDADE DE CARGOS POR CLASSE	CLASSE	VENCIMENTO BASE
AUXILIAR DE NECRÓPSIA	2º GRAU COMPLETO MAIS HABILITAÇÃO “C”	14	I	R\$ 938,51
		12	II	R\$ 891,58
		14	III	R\$ 847,01
		01	IV	R\$ 804,66
		TOTAL 41		

## ANEXO III

CARREIRA	REQUISITOS	QUANTIDADE DE CARGOS POR CLASSE	CLASSE	VENCIMENTO BASE
PERITO POLICIAL (em extinção)	2º GRAU COMPLETO MAIS HABILITAÇÃO “C”	01	Única	R\$ 1.117,69

**ANEXO IV**

GRATIFICAÇÃO DE ENCARGOS ESPECIAIS		
FUNÇÃO	QUANTIDADE	VALOR
DIRETOR GERAL	01	R\$ 2.661,25
DIRETOR DE INSTITUTO	02	R\$ 2.349,55

**À Diretoria Legislativa.**

MENSAGEM Nº 045/2002

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V.Exa. para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a ceder ao município de Curitiba, imóvel do patrimônio do Estado do Paraná, situado à Rua Saldanha Marinho, nº 161, desta Capital, contendo área de 462m2 (quatrocentos e sessenta e dois metros quadrados), objeto de Escritura Pública lavrada em 31.08.62, às fls. 196, livro 142/N, no 5º Tabelionato da Comarca.

O plano de lei em causa consulta plenamente aos interesses da Administração e da Coletividade eis que, segundo dispositivo expresso, será utilizado pela municipalidade exclusivamente para instalações da Secretaria Municipal da Criança, condicionante esta que, em si mesma, muito bem justifica a proposição ora formulada e que por mim foi considerada indiscutivelmente oportuna e necessária, conforme análise procedida através do protocolo sob nº 5.209.338-4.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

**ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar cessão de uso do imóvel pertencente ao patrimônio do Estado do Paraná, no município de Curitiba, situado à Rua Saldanha Marinho, nº 161 - Centro, com área total de 462,00 m2, havido por doação através de Escritura Pública lavrada em 31.08.1962, às fls. 196 do livro 142/N, nas Notas do 5º Tabelião de Curitiba.

Art. 2º - O imóvel de que trata ao art. 1º desta lei será cedido à Prefeitura Municipal de Curitiba e deverá ser utilizado exclusivamente para instalação e manutenção da Secretaria Municipal da Criança, podendo aquele imóvel ser retomado a qualquer momento pelo Estado do Paraná, tendo esta cessão a duração de 5 (cinco) anos, prorrogável por igual período, mediante consenso entre

as partes, não podendo ser utilizado para outros fins, nem ser transferido a terceiros, sob pena de tornar-se automaticamente sem efeito, ficando, ainda, a Secretaria Municipal da Criança, responsável pela preservação do bem cedido, como também, pelas medidas e despesas necessárias ao fiel cumprimento do termo, sem direito a futuros ressarcimentos.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**À Diretoria Legislativa.**

MENSAGEM Nº 046/2002

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a V. Exa. e aos ilustres membros dessa egrégia Assembléia Legislativa para encaminhar-lhes o anteprojeto de lei que autoriza o Executivo a firmar Convênio de Cooperação Técnica Não Reembolsável com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, propiciando a implementação do Programa de Sistemas de Transporte Urbano Sustentável no Paraná.

Aludido Convênio viabilizará o aporte de recursos não reembolsáveis por parte do BID da ordem de até US\$750,000.00, sendo que o Estado participará com recursos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU no valor de até US\$261,984.00, o que totaliza US\$1,011,984.00.

Esses recursos possibilitarão investimento em serviços e aquisição de bens necessários à realização de programas de transporte sustentável em pelo menos três das cidades-pólos do Estado.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

**ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar Convênio de Cooperação Técnica não Reembolsável no valor de US\$750,000.00 com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, para implementação do Programa de Sistemas de Transporte Urbano Sustentável no Paraná.

Art. 2º - Os recursos oriundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, bem como os resultados de suas aplicações integrarão o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU, na forma da Lei nº 8917, de 15 de dezembro de 1988.

Art. 3º - Fica ainda, o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicionais respectivos, até o valor conveniado com base nesta lei, para atendimento das despesas com as suas aplicações.

Parágrafo Único - Os recursos para abertura dos créditos adicionais de que trata este artigo serão os provenientes do Convênio a ser celebrado entre o Estado do Paraná e o BID.

Art. 4º - esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**À Diretoria Legislativa.**

## Ofícios:

### OFÍCIOS

Sob o nº CTL/SEEG/518/2002, do senhor governador do Estado comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei nº 630/2002, de autoria do Poder Executivo, por julgar a parte vetada inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça**

Sob o nº CTL/SEEG/519/2002, do senhor governador do Estado comunicando haver SANCIONADO o Projeto de Lei nº:

580/2002: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo a ceder ao Provopar - Programa do Voluntariado Paranaense - Ação Social, o imóvel que especifica, localizado nesta Capital, o qual convertido em lei nº 13.810. **Anote-se - Arquite-se.**

Sob o nº 1017/2002, do desembargador Campos Marques, comunicando Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 115.002-9, onde figuram como autor o governador do Estado do Paraná, sendo interessada a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, foi deferida a liminar requerida, para o fim de suspender os efeitos da Lei Estadual nº 13.122, de 21 de março de 2001. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1990/2002, do senhor Alceu Fernandes Molina Júnior, Secretário de Apoio Rural e Cooperativismo, comunicando liberação de recursos do Convênio com a Associação Comercial e Industrial dos Municípios da Comarca de Nova Londrina, para apoiar a realização da 6ª Feira Agro-Industrial e Comercial do Noroeste do Paraná. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 298/2002, da senhora Mônica Messenberg Guimarães, Secretária Executiva do FNDE, comuni-

cando liberação de recursos para a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Ao Conhecimento da Casa.**

## Requerimentos:

### REQUERIMENTO Nº 2333

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento do Sr. Laércio Faustino Cardoso, ocorrido no dia 16 de outubro de 2002, na cidade de Curitiba.

Requer ainda que do presente se dê ciência aos familiares através de seu filho Sr. Laércio Cardoso Filho, através de correspondência a ser encaminhada a Rua República Argentina, 760 - apto 102 - CEP 80240-210 - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 21.10.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

### REQUERIMENTO Nº 2330

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos ao município de Piên, pela passagem, no próximo dia 1º de novembro, do seu 41º aniversário de emancipação política.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Francisco Marques Neto, prefeito municipal, ao vice-prefeito, senhor José Loir Dreveck, bem como a todos os senhores vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Piên.

Sala das Sessões, em 21.10.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

### JUSTIFICATIVA:

No próximo dia 1º de novembro a população de Piên estará comemorando festivamente o transcurso de seus 41 anos de emancipação política.

Portanto, nesta significativa data toda a população de Piên merece nossos aplausos pela eficiente colaboração que vem prestando ao longo desses 41 anos.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado, orgulha-se em transmitir a toda a população que acredita num futuro próspero para o município, o seu reconhecimento e admiração, formulando votos para que continue na trilha do progresso.

### REQUERIMENTO Nº 2331

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos ao município

de Munhoz de Mello, pela passagem, no próximo dia 03 de novembro/2002, do 46º aniversário de emancipação política.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Celso da Silva, prefeito municipal, ao vice-prefeito, senhor José Gomes, bem como a todos os senhores vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Munhoz de Mello.

Sala das Sessões, em 21.10.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Com esta proposição queremos uma vez mais parabenizar a população honesta, dedicada e trabalhadora do município de Munhoz de Mello, que continua prestando sua colaboração eficiente para o seu crescimento. Pois, temos absoluta certeza que é através desse trabalho sério que administração e povo continuam na luta pelo bem comum.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; por intermédio deste Parlamentar, congratula-se com toda a população de Munhoz de Mello, principalmente com aqueles que acreditam que é somente com muito trabalho que se obtém segurança e se escreve o futuro construindo um Paraná melhor para todos os paranaenses.

#### REQUERIMENTO Nº 2332

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente com votos de congratulações ao Prefeito Municipal Onírio Wilmar Fries, ao Presidente da Câmara Municipal, Gilmar Luiz Bernardi, pela passagem do 16º aniversário do município, que será comemorado no próximo dia 31 de outubro do ano em curso.

Sala das Sessões, em 21.10.2002.

(a) NEREU MOURA

#### JUSTIFICATIVA:

É antiga a denominação dada ao município de Campo Bonito, remontando ao período da extração da erva-mate, que predominava nesta região, mas que teve seu declínio a partir da década de 20.

Campo Bonito teve seu território movimentado a partir da construção da estrada que ligou a Colônia Militar Marechal Mallet à Colônia Iguaçu, ainda no final do século passado, quando tudo não passava de grande sertão.

Fixaram-se em Campo Bonito alguns militares que optaram pelos belos campos do lugar, dentre os quais: Pompílio Neris Gonçalves, Glorocinco D'Avila, Otávio Laurentino D'Avila e Djalma Laurentino Gonçalves. Ao se estabelecerem, estes homens encontraram vida ativa e um lugar denominado Santa Maria, ali já estava o senhor Roque de Oliveira, antigo morador da localidade. Mais tarde desenvolveu-se uma comunidade e à saga dos anti-

gos soldados prestistas, juntaram-se as famílias Magalhães, Americano e Betim.

Quando foi criado o Território Federal do Iguaçu no ano de 1943, Campo Bonito era parte integrante da nova unidade federativa, extinta somente em 1946, quando voltou a pertencer ao Estado do Paraná.

Sua denominação de origem geográfica foi dada pelos pioneiros, via estrada de Barbaquá, área de exploração de erva mate, por parte de famílias paraguaias.

Hoje temos a grata satisfação de constatar que o esforço concentrado de diferentes raças e credos, valeu a pena. Os resultados são surpreendentemente favoráveis.

A proposição deste parlamentar, visa prestar uma justa homenagem àquela população que muito orgulha o nosso Estado.

### Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 661/2002

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Serão dispensados do pagamento de passagens, no transporte rodoviário intermunicipal, os policiais militares, em deslocamento entre municípios, no cumprimento de seus deveres de trabalho.

Parágrafo Único - A dispensa do pagamento, a que se refere ao "caput" do presente artigo, limitada ao 03 (três) policiais fardados e, em casos de urgência, será permitido o transporte dos mesmos em pé.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.10.2002.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

#### JUSTIFICATIVA:

Embora a Segurança Pública seja dever do Estado e dentro deste esteja contido o direito do cidadão à sua incolumidade física, há muito este dever tem sido falho, deixando a comunidade à mercê de sua própria sorte.

O efetivo da Polícia Militar é insuficiente para conter e combater a violência urbano. Dos motivos deste pequeno efetivo advém da baixa remuneração que percebe o policial militar pela importante função de seus trabalhos, que é indispensável a comunidade.

A medida proposta neste projeto visa facilitar a vida funcional destes policiais, que têm que pagar, de seu próprio bolso, a passagem transporte rodoviário intermunicipal quando em serviços. Muitas vezes este policial, para evitar mais esta despesa em seu orçamento familiar, arrisca-se a pegar carona com desconhecidos, colocando sua vida em perigo.

Assim pelas razões acima expostas, esperamos poder contar com a aprovação do projeto, pela justiça que se fará a tão valorosos militares.

PROJETO DE LEI Nº 662/2002  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Programa Kit Escolar, para ensino Fundamental da rede Pública Estadual.

Art. 2º - O Poder Executivo poderá firmar convênios com empresas da iniciativa privada, oferecendo em troca incentivos fiscais.

Art. 3º - O Kit Escolar será composto de material básico para aprendizado no ensino fundamental, tais como livros, cadernos, lápis canetas, borrachas e etc. obedecendo-se uma composição didático-pedagógica.

Art. 4º - O Programa de que trata a presente lei será regulamentado de acordo com as normas da Secretaria de Estado da Educação e será destinado aos alunos carentes regularmente matriculados no Ensino Fundamental da Rede Pública Estadual.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.10.2002.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

**JUSTIFICATIVA:**

Em nossa medida legislativa visamos a dificuldade das crianças matriculadas no ensino fundamental público em terem material adequado ao seu aprendizado escolar, por motivo de que seus pais não possuem condições financeiras para arcar com despesas.

Como o direito a educação é de todos os cidadãos, assim como é dever institucional do Estado, este direito deve ser exercido em igualdade de condições para acesso e permanência na escola. O fato do aluno carente, muitas vezes, deixar a escola porque não tem o material de estudo, está, indiscutivelmente, cerceando esse direito constitucional do cidadão-criança.

Outrossim, o presente projeto em efetivar o disposto no inciso VIII, do artigo 179 da Constituição Estadual, que cita como atribuição do poder público o atendimento ao educado no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar.

PROJETO DE LEI Nº 663/2002  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar serviços de prótese dentária às pessoas carentes do Estado do Paraná.

Art. 2º - Considera-se carente a pessoa que percebe até um salário mínimo e meio (1,5 salários-mínimos) mensal, comprovadamente.

Art. 3º - Os serviços de prótese dentária estarão afetos à Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.10.2002.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

**JUSTIFICATIVA:**

O presente projeto tem o objetivo de beneficiar pessoas carentes do Estado do Paraná, através da doação de próteses dentárias visando a elevação da auto estima, melhores condições de saúde nutrição e convivência social.

Os dentes desempenham um papel relevante no bem estar. Têm importantes funções, tais como a mastigação, a estética e a fonética.

É comprovado que a auto-estima de uma pessoa está ligado, entre outras coisas, a aparência. Ninguém gosta de ter dentes feios, ou de não ter dentes. Muitas pessoas nem sorriem mais depois de perderem os seus dentes.

A colocação de uma prótese dentária é de grande importância para a melhoria da qualidade de vida e auto-estima das pessoas que não tem dentes, pois proporcionará uma vida mais digna e saudável, pois ter dentes, em um sentido estético, é estar integrado familiar e socialmente.

Isso também fará com que essas pessoas possam ter uma alimentação mais saudável pois deixam de comer certos alimentos por não poderem ter uma mastigação adequada, o que dificulta a ingestão de alimentos e a digestão.

PROJETO DE LEI Nº 664/2002  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Torna obrigatório o atendimento oftalmológico gratuito para estudantes matriculados em toda a rede Pública de Ensino Fundamental do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - O atendimento oftalmológico será realizado, anualmente, em data marcada através de acordo prévio entre o estabelecimento escolar e o órgão público estadual competente.

Art. 2º - No caso de ocorrer a necessidade, o Poder Público Estadual mandará aviar óculos para alunos reconhecidamente carentes.

Parágrafo Único - Para as despesas da presente lei, o Poder Executivo destinará dotação orçamentária a ser



incluída na próxima lei orçamentária, no tópico de créditos suplementares.

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da sua publicação.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.10.2002.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

Sendo a saúde um dever do estado é um direito constitucionalmente reconhecido a todo cidadão. Sendo assim cabe ao Estado garantir a execução de políticas sociais que visem à proteção e à prevenção de doenças e outros agravos ligados a saúde humana.

É primordial que o acesso às ações e aos serviços de saúde seja universal e igualitário, já que são de relevância pública. E a execução destas ações e serviços deve ser feita, preferencialmente, através de serviços oficiais, em consonância com os ditames constitucionais, dispostos nos artigos 167 e 168 da Constituição Estadual.

Nosso objetivo, com a apresentação do presente plano de lei, é efetivar o disposto no inciso VIII, do artigo 178, da Constituição Estadual, que dispõe como atribuição do Poder Público o atendimento ao educando, no ensino pré-escolar, fundamental, médio e de educação especial, através de programas suplementares de assistência à saúde.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao deputado Hidekazu Takayama.

(**Declina**).

Pela ordem, deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO (**Pela Ordem**)

Vi o ilustre secretário ler o Expediente, que teve uma lei que foi considerada inconstitucional. Gostaria que, enquanto continua a Sessão, a assessoria pudesse nos dizer qual foi a lei que o governador conseguiu uma liminar considerando-a inconstitucional. Está na leitura do 1º secretário, deputado Hermes Fonseca.

Só para ter ciência do inteiro teor da lei e qual foi o deputado, enfim, quem foi o prejudicado com a declaração de inconstitucionalidade ou o beneficiado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Queremos registrar a presença do prefeito de Marechal Cândido Rondon, Sr. Edson Barros.

Seja bem-vindo e obrigado pela presença.

Não há oradores inscritos.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 senhores deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei em número de 04 (quatro), de autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

### ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 106/2002, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao município de Guaraqueçaba. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 114/2002, de autoria do deputado Miltinho Pupio, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica, no município de Jandaia do Sul, pertencente ao Estado do Paraná, ao Tribunal de Justiça do mesmo. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 129/2002, de autoria do deputado Ricardo Maia, que declara de Utilidade Pública o Centro de Reintegração Unidos com Cristo - Cruc, com sede e foro no município de Maringá. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 022/2002, de 19.03.2002)**

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 129/2002

### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Centro de Reintegração Unidos com Cristo, com sede e foro no município de Maringá.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 14.10.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

### ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 290/2002, de autoria do deputado Basílio Zanusso, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Conjunto

Habitacional Francisco Consalter, com sede e foro no município de Jaguapitã-PR. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 055/2002, de 07.05.2002)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 290/2002

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Basílio Zanusso, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Conjunto Habitacional Francisco Consalter, com sede e foro no município de Jaguapitã.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 14.10.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
MARCOS ISFER - Relator

**ITEM 05**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 334/2002, de autoria do deputado Miltinho Pupio, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária São Sebastião do Rodeio, com sede no município de Novo Itacolomi e foro em Apucarana-PR. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 061/2002, de 15.05.2002)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 334/2002

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Miltinho Pupio, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Comunitária São Sebastião do Rodeio, com sede no município de Novo Itacolomi e foro no município de Apucarana.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.10.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO  
PROJETO DE LEI Nº 334/2002

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária São Sebastião do Rodeio, com

sede no município de Novo Itacolomi e foro no município de Apucarana.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 14.10.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

**ITEM 06**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 500/2002, de autoria do deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública a Casa da Solidariedade Rafaele, com sede e foro no município de Guaratuba. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 092/2002, de 27.06.2002)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 500/2002

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Casa da Solidariedade Rafaele, com sede e foro no município de Guaratuba.

A referida matéria esteve nesta Comissão de Constituição e Justiça aguardando completar 1 ano de personalidade jurídica.

Preenchido tal requisito, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 14.10.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
ALGACI TULIO - Relator

**ITEM 07**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 542/2002, de autoria do deputado Edno Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Associação Positiva Aliança pela Vida, com sede e foro no município de Cianorte. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 102/2002, de 06.08.2002)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 542/2002

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Edno Guimarães, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Positiva Aliança pela Vida, com sede e foro no município de Cianorte.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 14.10.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

#### ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 605/2002, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que declara de Utilidade Pública a Associação Estudantil Marianense - AME, com sede e foro no município de Santa Mariana. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 113/2002, de 03.09.2002).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 605/2002

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Estudantil Marianense - AME, com sede e foro no município de Santa Mariana.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 14.10.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
ALGACI TULIO - Relator

#### ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 606/2002, de autoria do deputado Basílio Zanusso, que declara de Utilidade Pública Estadual a Santa Casa de Misericórdia Nossa Senhora das Graças, com sede e foro no município de Nova Esperança-PR. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 113/2002, de 03.09.2002).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 606/2002

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Basílio Zanusso, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Santa Casa de Misericórdia Nossa Senhora das Graças, com sede e foro no município de Nova Esperança.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 14.10.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

#### ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 612/2002, de autoria da deputada Serafina Carrilho, que declara de Utilidade Pública a Associação Distrital de Alto Alegre - ADAAL, com sede e foro em Colorado - PR. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 114/2002, de 09.09.2002).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 612/2002

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria da senhora deputada Serafina Carrilho, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Distrital de Alto Alegre - ADAAL, com sede e foro no município de Colorado.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 14.10.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

#### ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 617/2002, de autoria do deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Produtores e Colhedores de Laranja do Noroeste do Paraná - Projeto Suco Justo Arproclan, com sede e foro no município de Paranavaí. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 114/2002, de 09.09.2002).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 617/2002

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Representantes dos Produtores e Colhedores de Laranja do Noroeste do Paraná - Arproclan, com sede e foro no município de Paranavaí.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa. É o parecer

Sala das Comissões, em 14.10.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 617/2002

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Representantes dos Produtores e Colhe-

dores de Laranja do Noroeste do Paraná - Arproclan, com sede e foro no município de Paranavaí.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 14.10.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

Apoioamento:

Marcos Isfer.

## ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 638/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública o Provopar (Programa do Voluntariado Paranaense) - Ação Social, com sede e foro no município de Siqueira Campos. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 118/2002, de 17.09.2002).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 638/2002

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Provopar (Programa do Voluntariado Paranaense) - Ação Social, com sede e foro no município de Siqueira Campos.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 14.10.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

## O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 2330 e 2331, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2332, de autoria do deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2333, de autoria do deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Antes de encerrar a presente Sessão, o senhor presidente registra com pesar o trágico falecimento do jornalista da cidade de Cascavel, Sr. Jorge Ayala, ocorrido hoje, ao meio-dia e trinta minutos, em Nova Laranjeiras, na BR-277.

É o registro que fazemos com pesar a esta Casa de Leis. O jornalista era responsável pelo Jornal "O Paraná", de Cascavel.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 22, à hora regimental, com a seguinte

## ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 117/2002.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 129, 290, 334, 500, 542, 605, 606, 612, 617 e 638/2002.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 328, 546, 596, 597, 598, 599, 600, 603, 623, 633, 645 e 646/2002.

Levanta-se a Sessão.